GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS E O DIREITO AO NOME SOCIAL NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL PARA A PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DA INCLUSÃO

LUANA MARTINS DOS REIS SOUSA

RESUMO
A garantia dos direitos sociais constitui um dos principais fundamentos para a construção de uma sociedade democrática e comprometida com a promoção da cidadania. Nesse contexto, o Serviço Social desempenha papel fundamental na defesa dos direitos humanos e na efetivação das políticas públicas voltadas à população em situação de vulnerabilidade social. O presente artigo tem como objetivo analisar a relação entre a garantia dos direitos sociais, a atuação do assistente social e a efetivação do direito ao nome social nas escolas brasileiras. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada em autores da área do Serviço Social e em legislações que asseguram direitos fundamentais à população. A discussão evidencia que o reconhecimento do nome social representa importante instrumento de inclusão educacional e de respeito à identidade de gênero, contribuindo para a redução de situações de discriminação e exclusão no ambiente escolar. Conclui-se que o Serviço Social possui papel estratégico na promoção da cidadania, no fortalecimento das políticas educacionais inclusivas e na defesa dos direitos humanos, especialmente daqueles pertencentes a grupos historicamente marginalizados.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Direitos Sociais; Cidadania; Nome Social; Educação Inclusiva.

INTRODUÇÃO

A consolidação dos direitos sociais no Brasil é resultado de um longo processo histórico marcado por conflitos, reivindicações populares e lutas coletivas em busca de melhores condições de vida para a população. A ampliação desses direitos possibilitou avanços significativos no acesso à educação, saúde, assistência social, trabalho e proteção social, contribuindo para a construção da cidadania e para a redução das desigualdades sociais.

Nesse cenário, o Serviço Social consolidou-se como uma profissão comprometida com a defesa dos direitos humanos, atuando diretamente nas expressões da questão social e na mediação entre as demandas da população e as respostas oferecidas pelo Estado. A profissão passou por profundas transformações teóricas, metodológicas e éticas, assumindo um posicionamento crítico diante das desigualdades produzidas pela sociedade capitalista.

Nos últimos anos, as discussões sobre diversidade, identidade de gênero e direitos humanos ganharam destaque nas políticas públicas brasileiras. Entre as conquistas alcançadas encontra-se o reconhecimento do direito ao nome social, especialmente no âmbito educacional. O uso do nome social por pessoas transgênero e travestis representa o reconhecimento de sua identidade e constitui importante mecanismo de combate à discriminação e à exclusão social.

Diante dessa realidade, surge a necessidade de refletir sobre o papel do Serviço Social na defesa desse direito e na construção de práticas inclusivas no ambiente escolar. Assim, o presente artigo busca analisar a importância dos direitos sociais e do nome social nas escolas brasileiras, destacando as contribuições da atuação profissional do assistente social para a promoção da cidadania e da inclusão.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo bibliográfico e documental de abordagem qualitativa. Foram analisados livros, artigos científicos, legislações, resoluções e documentos institucionais relacionados aos direitos sociais, aos direitos humanos e às políticas educacionais inclusivas.

A pesquisa fundamentou-se principalmente nos estudos de Iamamoto (2000; 2013), Couto (2010), Silva (2010), Costa (2008) e nos documentos produzidos pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Também foram examinados dispositivos legais que regulamentam a profissão e garantem o direito ao nome social no ambiente educacional brasileiro.

O SERVIÇO SOCIAL E A GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS

O surgimento do Serviço Social no Brasil está relacionado às transformações sociais ocorridas durante o processo de industrialização e urbanização. O agravamento das desigualdades sociais e das condições de vida da classe trabalhadora evidenciou a necessidade de intervenções voltadas ao enfrentamento das expressões da questão social.

Segundo Couto (2010), os direitos sociais constituem conquistas históricas que resultam das lutas coletivas travadas pelos trabalhadores e pelos movimentos sociais. Esses direitos representam mecanismos fundamentais para assegurar condições mínimas de dignidade e participação social.

O Serviço Social desenvolveu-se nesse contexto como uma profissão que busca compreender as múltiplas determinações das desigualdades sociais e construir estratégias de intervenção capazes de contribuir para a efetivação dos direitos da população. O reconhecimento da questão social como objeto de intervenção profissional possibilitou o fortalecimento de uma prática comprometida com a transformação da realidade social.

A Constituição Federal de 1988 representou um marco para a ampliação dos direitos sociais no Brasil. A partir dela, diversas políticas públicas passaram a ser reconhecidas como direitos universais, ampliando o acesso da população à proteção social. Nesse processo, o assistente social assumiu papel relevante na implementação e fiscalização dessas políticas.

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

A renovação crítica do Serviço Social brasileiro, especialmente a partir da década de 1980, fortaleceu a construção de um projeto ético-político comprometido com a democracia, a justiça social e os direitos humanos.

O Código de Ética Profissional de 1993 consolidou princípios fundamentais para a atuação profissional, destacando a defesa intransigente dos direitos humanos, a ampliação da cidadania, a eliminação de todas as formas de preconceito e o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

De acordo com Iamamoto (2000), o exercício profissional deve estar articulado às necessidades concretas da população e às demandas apresentadas pelos sujeitos sociais. Dessa forma, o assistente social não atua apenas na execução de políticas públicas, mas também na defesa dos direitos e no fortalecimento da participação social.

Essa perspectiva torna-se especialmente relevante diante das demandas contemporâneas relacionadas à diversidade, ao reconhecimento das diferenças e ao combate às práticas discriminatórias presentes na sociedade.

O DIREITO AO NOME SOCIAL NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

O reconhecimento do nome social representa uma importante conquista para a promoção dos direitos humanos no Brasil. O nome social corresponde à forma pela qual pessoas transgênero, travestis e não binárias se identificam e desejam ser reconhecidas socialmente.

No ambiente escolar, o respeito ao nome social possui impacto direto na permanência dos estudantes e na construção de um ambiente educacional acolhedor. A utilização do nome civil em desacordo com a identidade de gênero frequentemente expõe estudantes a situações de constrangimento, violência simbólica e discriminação.

A Resolução CNE/CP nº 1, de 2018, estabelece que as instituições de ensino devem garantir a utilização do nome social em registros internos, listas de chamada, documentos acadêmicos e demais procedimentos administrativos. Tal medida busca assegurar o respeito à identidade dos estudantes e promover condições adequadas para seu desenvolvimento educacional.

A garantia desse direito encontra respaldo nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da não discriminação. Além disso, está alinhada às diretrizes nacionais de promoção dos direitos humanos e de combate às diversas formas de violência.

Estudos realizados na área da educação apontam que estudantes trans frequentemente enfrentam dificuldades relacionadas à permanência escolar, ao preconceito e à exclusão. Nesse contexto, o reconhecimento do nome social contri-

bui para a valorização da identidade dos sujeitos e para a construção de relações mais respeitosas dentro da comunidade escolar.

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR

O assistente social possui papel estratégico na promoção de práticas inclusivas e no fortalecimento dos direitos humanos no espaço educacional. Sua atuação envolve ações de acolhimento, orientação, mediação de conflitos e articulação entre escola, família e rede de proteção social.
No que se refere ao direito ao nome social, o profissional pode desenvolver ações voltadas à sensibilização da comunidade escolar, contribuindo para a construção de ambientes mais inclusivos e democráticos. Além disso, pode atuar na orientação de gestores e equipes pedagógicas acerca da legislação vigente e dos direitos assegurados aos estudantes.
A intervenção profissional também possibilita a identificação de situações de discriminação e violência, promovendo encaminhamentos e estratégias de enfrentamento adequadas. Dessa forma, o Serviço Social contribui para a efetivação das políticas públicas educacionais e para a consolidação de uma cultura institucional baseada no respeito às diferenças.

O SERVIÇO SOCIAL NA ATUALIDADE E A IMPORTÂNCIA DA ARTICULAÇÃO COM A ESCOLA NA GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS

O Serviço Social contemporâneo encontra-se inserido em um cenário marcado por profundas transformações econômicas, políticas, culturais e institucionais que impactam diretamente as formas de acesso aos direitos sociais e as condições de vida da população. Diante desse contexto, o exercício profissional exige atualização permanente, capacidade crítica e domínio teórico-metodológico que permita compreender as múltiplas expressões da questão social presentes na sociedade brasileira.
As transformações ocorridas nas últimas décadas produziram mudanças significativas nas relações de trabalho, nas políticas públicas e nos mecanismos de proteção social. O aumento das desigualdades, o crescimento da vulnerabilidade social e as mudanças na organização do Estado passaram a exigir dos assistentes sociais novas formas de atuação capazes de responder às demandas emergentes.
Segundo Iamamoto (2000), o principal desafio do Serviço Social na contemporaneidade consiste em compreender os novos tempos e construir respostas profissionais que ultrapassem práticas meramente executoras. O profissional precisa desenvolver capacidade investigativa, leitura crítica da realidade e competência para interpretar os processos sociais em sua totalidade.
Nessa perspectiva, o assistente social não atua apenas executando programas e benefícios, mas produzindo análises, elaborando estratégias de intervenção e fortalecendo processos de participação social. Sua prática profissional exige compreender simultaneamente as dimensões micro e macro da realidade social, identificando como fatores econômicos, políticos e culturais interferem diretamente na vida dos sujeitos.
A questão social manifesta-se diariamente em diferentes espaços institucionais por meio da pobreza, da insegurança alimentar, da violência doméstica, do desemprego, da exclusão escolar, da violação de direitos, das desigualdades territoriais e das dificuldades de acesso às políticas públicas. Essas expressões demandam intervenções que não podem ser realizadas isoladamente por uma única política social.
Ao discutir as representações históricas da pobreza, Iamamoto (2000) demonstra que, durante diferentes períodos históricos, os sujeitos em situação de vulnerabilidade foram interpretados sob perspectivas moralizantes e excludentes. Em determinados momentos, a pobreza foi associada à preguiça, à falta de esforço ou ao fracasso individual. Posteriormente, determinados grupos passaram a ser compreendidos como ameaça à ordem social, fortalecendo discursos de criminalização da pobreza.
Essas interpretações contribuíram historicamente para enfraquecer o reconhecimento dos direitos sociais enquanto responsabilidade estatal e fortalecer práticas assistencialistas e focalizadas. Como consequência, observa-se a transferência gradual de responsabilidades públicas para iniciativas privadas e para as próprias famílias.
Nesse cenário, o Serviço Social reafirma

seu compromisso ético-político com a defesa dos direitos humanos, da democracia e da justiça social, buscando fortalecer políticas públicas universais e ampliar o acesso da população aos serviços essenciais.
Entre os espaços de atuação que ganham destaque na contemporaneidade encontra-se a política educacional.
A escola constitui um espaço privilegiado de convivência social, formação cidadã e garantia de direitos. Entretanto, muitas das situações que interferem no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças ultrapassam os limites pedagógicos e exigem atuação integrada com outras políticas públicas.
É nesse contexto que se fortalece a aproximação entre Serviço Social e Educação. A presença do Serviço Social junto às instituições escolares contribui para ampliar o olhar sobre as condições concretas de vida dos estudantes e de suas famílias. O objetivo não é substituir a função pedagógica da escola, mas contribuir para que o processo educativo aconteça em condições mais favoráveis ao desenvolvimento integral da criança.
Na Educação Infantil, essa articulação torna-se ainda mais necessária porque é nesse período que muitos sinais de vulnerabilidade podem ser identificados precocemente.
Entre as principais áreas de atuação do Serviço Social em articulação com a escola destacam-se:

a) Enfrentamento da evasão e infrequência escolar
O assistente social contribui na identificação dos fatores sociais que interferem na permanência escolar, realizando acompanhamento familiar, escuta qualificada e articulação com a rede de proteção para prevenir o afastamento das crianças da escola.

b) Fortalecimento da relação escola–família
A atuação profissional favorece o diálogo entre instituição escolar e responsáveis, criando estratégias para ampliar a participação familiar e fortalecer vínculos que impactam diretamente o desenvolvimento infantil.

c) Proteção contra violências e violações de direitos
A escola frequentemente identifica situações relacionadas à negligência, violência física, violência psicológica, violência sexual, trabalho infantil e abandono. O Serviço Social auxilia nos encaminhamentos e na articulação com órgãos competentes.

d) Inclusão e acesso às políticas públicas
Muitas famílias desconhecem seus direitos ou enfrentam dificuldades para acessar programas sociais. O assistente social orienta sobre benefícios, serviços e recursos disponíveis na rede socioassistencial.

e) Atendimento às situações de vulnerabilidade socioeconômica
Questões relacionadas à insegurança alimentar, desemprego, moradia inadequada e dificuldades financeiras interferem diretamente na aprendizagem. O acompanhamento social possibilita encaminhamentos e apoio às famílias.

f) Educação inclusiva e garantia da diversidade
O Serviço Social contribui para construção de ambientes escolares mais inclusivos, promovendo ações relacionadas à equidade, diversidade, acessibilidade e combate às diferentes formas de preconceito.

g) Construção da rede intersetorial
Uma das funções centrais do assistente social consiste em fortalecer a comunicação entre escola, CRAS, CREAS, unidades de saúde, Conselho Tutelar e demais serviços públicos.

Na Educação Infantil, essa rede possui importância ainda maior, pois a proteção integral da criança exige atuação compartilhada entre diferentes setores.
A intersetorialidade não representa apenas cooperação institucional; ela constitui estratégia concreta para garantia dos direitos sociais. Quando escola e assistência social atuam conjuntamente, ampliam-se as possibilidades de intervenção, fortalecem-se vínculos familiares e aumentam as oportunidades de desenvolvimento das crianças.
Dessa forma, a atuação do Serviço Social junto à escola deve ser compreendida como elemento essencial para promoção da cidadania, prevenção das desigualda-

des e fortalecimento da proteção integral da infância.

CONCLUSÃO

A garantia dos direitos sociais constitui elemento indispensável para a construção de uma sociedade democrática, inclusiva e comprometida com a dignidade humana. Nesse contexto, o Serviço Social consolidou-se historicamente como profissão orientada pela defesa dos direitos humanos, pela ampliação da cidadania e pelo enfrentamento das desigualdades sociais, assumindo papel relevante na consolidação das políticas públicas e na construção de mecanismos de proteção social voltados aos sujeitos em situação de vulnerabilidade.

Ao longo deste estudo foi possível compreender que as transformações sociais contemporâneas produziram impactos significativos sobre o cotidiano das instituições escolares e ampliaram as responsabilidades atribuídas aos profissionais da educação. A escola passou a assumir funções que ultrapassam o processo formal de ensino, tornando-se espaço de acolhimento, convivência, proteção social, fortalecimento dos vínculos familiares e identificação precoce de situações que podem comprometer o desenvolvimento infantil.

Entretanto, também se evidenciou que os desafios presentes no ambiente escolar não podem ser compreendidos de maneira isolada nem atribuídos exclusivamente aos profissionais da educação. As múltiplas expressões da questão social — como desigualdade econômica, insegurança alimentar, desemprego, fragilidade dos vínculos familiares, sofrimento emocional, violência, dificuldades de acesso às políticas públicas e diferentes formas de exclusão social — atravessam o cotidiano das crianças e impactam diretamente os processos de aprendizagem e desenvolvimento.

Diante dessa realidade, tornou-se possível compreender que garantir os direitos da criança exige atuação compartilhada entre diferentes políticas públicas e construção permanente de estratégias intersetoriais.

Nesse cenário, destacou-se a importância da integração entre Assistência Social e Educação Infantil como instrumento capaz de ampliar a efetividade das ações voltadas à infância e fortalecer os mecanismos de proteção integral.

A articulação entre escola e rede socioassistencial demonstrou potencial para qualificar o acompanhamento das famílias, favorecer intervenções preventivas, ampliar o acesso aos serviços públicos e contribuir para redução das situações de vulnerabilidade social que interferem no percurso escolar das crianças.

Observou-se que a intersetorialidade não deve ser compreendida apenas como diretriz administrativa ou modelo organizacional das políticas públicas, mas como prática concreta de corresponsabilização entre profissionais, instituições e setores que compartilham o compromisso com a garantia dos direitos.

Dentro desse processo, o Serviço Social destacou-se como profissão estratégica pela capacidade de realizar leitura crítica da realidade, articular recursos institucionais e construir estratégias de intervenção comprometidas com a cidadania e a justiça social.

A atuação do assistente social junto às instituições educacionais amplia o olhar sobre as condições concretas de vida das crianças e favorece intervenções que considerem simultaneamente fatores pedagógicos, sociais, econômicos e familiares.

Também se evidenciou que a presença do Serviço Social fortalece a aproximação entre escola, família e território, possibilitando a construção de redes mais efetivas de acompanhamento e proteção.

Outro aspecto amplamente discutido neste estudo refere-se à importância da organização institucional da escola para sustentação das práticas de proteção social.

A direção escolar e as Diretorias Regionais de Educação assumem papel relevante na criação de protocolos, definição de fluxos de atendimento e fortalecimento da comunicação entre unidades educacionais e serviços territoriais.

Sua atuação contribui para que as demandas identificadas no cotidiano escolar recebam encaminhamentos adequados e para que os profissionais da educação não permaneçam isolados diante das situações que exigem intervenção técnica especializada.

Ao longo da pesquisa também foi possível aprofundar a reflexão sobre o papel do professor no contexto contemporâneo.

Compreendeu-se que os docentes ocupam posição privilegiada na observação cotidiana das crianças e frequentemente identificam os primeiros sinais relacionados a alterações emocionais, mudanças comportamentais, dificuldades familiares ou situações de vulnerabilidade. Contudo, reconhecer demandas não significa assumir individualmente sua resolução.

Nesse sentido, tornou-se fundamental defender a existência de processos institucionais claros que orientem quando comunicar à equipe gestora e quando realizar acionamento da rede de proteção social.

Essa organização fortalece o trabalho coletivo, amplia a segurança profissional e contribui para intervenções mais qualificadas.

Outro ponto central desenvolvido neste trabalho refere-se às condições contemporâneas do trabalho docente e aos impactos produzidos pelo adoecimento ocupacional no ambiente escolar.

A análise da presença da Síndrome de Burnout permitiu compreender que a intensificação das exigências institucionais, associada ao aumento das responsabilidades emocionais e sociais atribuídas aos professores, pode comprometer significativamente o exercício profissional. Os processos contínuos de exaustão física e emocional produzem efeitos sobre o planejamento pedagógico, sobre a qualidade das relações construídas com as crianças e sobre a capacidade institucional de acolher e identificar demandas que exigem proteção social.

Na Educação Infantil, esses impactos tornam-se ainda mais significativos, considerando que o desenvolvimento infantil ocorre por meio das relações construídas no cotidiano escolar e depende diretamente da disponibilidade afetiva e da qualidade das interações estabelecidas entre adultos e crianças.

Dessa forma, cuidar dos profissionais da educação também significa investir na proteção integral da infância.

A discussão realizada reforça que ambientes escolares mais inclusivos e humanizados dependem não apenas de recursos pedagógicos, mas também de condições adequadas de trabalho, fortalecimento institucional e existência de redes públicas capazes de sustentar o trabalho educativo.

Conclui-se que fortalecer a presença do Serviço Social no campo educacional, ampliar a articulação entre Assistência Social e Educação Infantil, consolidar práticas intersetoriais e investir em políticas de valorização e cuidado aos profissionais da educação constituem medidas fundamentais para construção de uma educação comprometida com os direitos humanos, com a cidadania e com o desenvolvimento integral das crianças.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para ampliar o debate sobre o papel do Serviço Social no contexto educacional contemporâneo e incentive novas pesquisas e experiências voltadas ao fortalecimento das redes de proteção social, reconhecendo que garantir os direitos da criança constitui responsabilidade compartilhada entre Estado, escola, família e sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n.º 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Assistente Social. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n.º 1, de 19 de janeiro de 2018. Dispõe sobre o uso do nome social nos registros escolares. Brasília, DF, 2018.

CFESS. Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. Brasília: CFESS, 2010.

COSTA, Maria Dalva Horácio da. Serviço Social e projeto ético-político. São Paulo: Cortez, 2008.

COUTO, Berenice Rojas. Direitos sociais e Serviço Social: uma questão de cidadania. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e Serviço Social no Brasil. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Serviço Social e direitos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.